

Dinheiro.

Natal de presentes baratos

Gasto médio do brasileiro cairá para entre R\$ 10 e R\$ 30, contra R\$ 50 e R\$ 99 gastos em 2011, segundo a Delloite.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

VITÓRIA DA JUSTIÇA

DILMA VETOU PETRÓLEO É NOSSO

Presidente preserva contratos vigentes
Estado não perderá dinheiro de royalties
Recursos futuros serão para a Educação



▲ RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

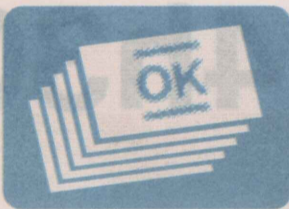
A presidente Dilma Rousseff (PT) cumpriu a palavra: vetou toda e qualquer redistribuição das receitas de petróleo em contratos de exploração já assinados, preservando os direitos adquiridos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Os dois maiores Estados produtores do país teriam perdas bilionárias e recorreriam à Justiça em caso de sanção.

Numa decisão política ousada ao enfrentar a maioria dos Estados, Dilma vetou todo o artigo 3º do substitutivo de Vital do Rêgo, que alterava a divisão de royalties e participação especial (PE) em áreas já licitadas no pós-sal e no pré-sal, prejudicando Estados e municípios produtores.

Anunciada ontem no Palácio do Planalto por quatro ministros, a decisão pelo veto parcial será seguida de uma medida provisória (MP), a ser editada na próxima segunda-feira, corrigindo os pontos derrubados.

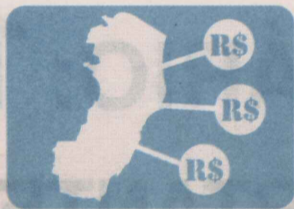
Segundo a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a MP a ser enviada ao Congresso respeita integralmente os contratos e a Constituição; definiu o rateio para as novas licitações tanto no regime de concessão quanto no de partilha a partir da data de vigência da MP; e garante a todos os brasilei-

OS IMPACTOS DA DECISÃO



▲ Contratos permanecem

A presidente vetou o artigo 3º da lei aprovada no Congresso e preservou a receita atual de Estados e municípios produtores, beneficiando principalmente os recursos de Espírito Santo em Rio. Com isso, não haverá perda de receita imediata. Até 2020, a receita total do Estado será de R\$ 23,7 bi.



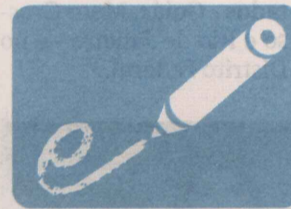
▲ Estado não perde

Com o veto, Dilma não vai reduzir os recursos de royalties pagos hoje aos produtores. Eles só terão que dividir as receitas futuras de acordo com tabela prevista na lei aprovada no Congresso. Ou seja, só os royalties referentes aos campos de petróleo que ainda serão leiloados é que serão divididos.



▲ Correção de erro

A presidente também fez um ajuste no texto para acertar o percentual de 101%, que estava erroneamente previsto na lei aprovada pelo Congresso. A correção será feita no dinheiro destinado aos municípios afetados (indiretamente afetados pela produção), cuja participação cairá de 3% para 2% a partir de 2017.



▲ Carimbo para Educação

Todos os royalties a partir das futuras concessões irão para a educação. Isso envolve as prefeituras, os governos dos Estados e a União. Ou seja, 100% para a Educação. A medida provisória muda os recursos do Fundo Social e, pela nova regra, 50% vão para a Educação e o resto para Saúde e Meio Ambiente.

ros de acesso à riqueza do petróleo.

Dilma ainda vai manter igualmente como vieram os percentuais de royalties e PE aprovados pelo Congresso para as novas licitações na concessão e na partilha a partir de 2013, de modo que vai recompor na MP toda essa parte que conta do artigo 3º, vetado na íntegra por ferir contratos em vigor.

“O veto mais significativo, de quatro ou cinco que ainda estamos finalizando, é o veto integral do artigo 3º, que mexe na distribuição. Os demais vetos serão pequenos, para ade-

quação da lei e redução do texto”, reiterou Gleisi.

Outro ponto da MP é a destinação obrigatória de 100% dos royalties futuros para a Educação, seja

nos orçamentos dos municípios, dos governos estaduais ou da União, e em acréscimo ao mínimo constitucional obrigatória a cada ente.



Lobão e Gleisi detalharam o que muda na nova lei

AJUSTES

Além de resguardar contratos já feitos, a MP ainda vai estabelecer correções de redação.

“A pedido do Congresso”, segundo Gleisi, será alterada a conta errada de 101% dos royalties de municípios afetados a partir de 2017. A soma nova reduzirá o índice de 3% para 2% que cabem a esses municípios a partir de 2017, corrigindo a tabela.

O governo ainda tentou driblar a reação dos Estados não produtores, que ameaçam derrubar o veto porque querem dinheiro ainda para este ano. O mi-

nistro das Minas e Energia, Edison Lobão, lançou a bandeira branca:

“Não há nenhum desapeço ao Congresso com o veto, que faz a defesa constitucional dos contratos já firmados. A lei não pode prejudicar o jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”.

Segundo Lobão, um terço dos campos do pré-sal já foi distribuído sob o regime de concessão, mas os outros dois terços será explorado pela nova regra da partilha a partir de novembro de 2013.

Só que no Congresso uma nova guerra promete ser iniciada se os Estados não produtores não aceitarem a decisão presidencial e quiserem ou mudar a MP ou derrubar o veto. A ministra Ideli Salvatti, das Articulações Institucionais, deu recados curtos: “O governo respeitou tudo aquilo que ali continha que não feria a Constituição, direitos adquiridos e contratos firmados”.

O governo, portanto, reconheceu todos os argumentos do Rio e do Espírito Santo. Gleisi ainda ressaltou que as receitas de royalties desses Estados estão vinculadas a recebíveis futuros, o que poderia afetar as transações e ferir contratos. “Os Estados securitizaram essas receitas, geraram direitos contra terceiros. Se quebrar contrato, vai judicializar”, disse Ideli.

AJ 10.831-2

VITÓRIA DA JUSTIÇA

Casagrande festeja decisão: governo federal foi coerente

VALEU A CONSTITUIÇÃO

A presidente Dilma anunciou ontem vetos parciais ao projeto de lei que foi aprovado no Congresso e retirava receita dos Estados e municípios produtores, como o Espírito Santo.

O QUE MUDA

A tabela ao lado mostra como ficará a divisão de royalties e participação especial a partir de 2013, no caso dos blocos que serão vendidos nos leilões de petróleo.

Ao se ler **Atual** são os royalties e participações especiais já recebidos hoje e que serão mantidos assim

Ao se ler **Em 2013** e **A partir de 2020** se trata da produção futura, dos blocos a serem vendidos a partir do ano que vem

Ou seja, Estados e municípios produtores continuam recebendo **26,25%** de reparte de royalties pagos atualmente. Estados passam a receber **20%** dos royalties futuros e os municípios recebem **17%** em 2013 e chegam a **4%** em 2020, mas também só dos blocos a serem ainda leiloados

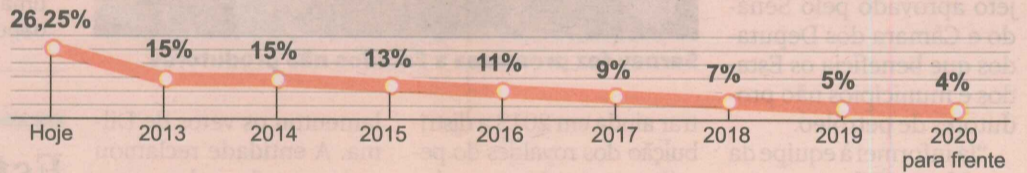
Com isso, o ES manterá sua receita projetada de **R\$ 23,7 bilhões** até 2020, recebida sobre royalties e participações especiais dos campos que já produzem petróleo, como mostra o gráfico abaixo. Lembrando que se trata de uma projeção e o valor pode variar para mais ou menos



	Royalties			Participação especial		
	Atual	Em 2013	A partir de 2020	Atual	Em 2013	A partir de 2020
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
União	30%	20%	20%	50%	42%	46%
Estados produtores	26,25%	20%	20%	40%	34%	20%
Municípios produtores	26,25%	15%	4%	10%	5%	4%
Municípios afetados	8,75%	3%	2%	0	0	0
Fundo especial (beneficia Estados e municípios não produtores)	8,75%	40%	54%	0	19%	30%



ALÍQUOTA DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES



A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

Governador diz que decisão fortalece Estado em eventual briga no Supremo

RONDINELLI TOMAZELLI

DE BRASÍLIA

Acompanhando em Brasília os momentos finais da decisão sobre o royalties ontem, o governador Renato Casagrande (PSB) comemorou "a coerência" da presidente Dilma Rousseff ao assegurar contratos e direitos dos Estados produtores de petróleo.

Agora, o governo estadual vai analisar com lupa o veto, mas Casagrande deixa claro que a posição de Dilma já atende às reivindicações do Estado, que, "em princípio", descarta a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"A presidente Dilma respeitou as leis, os contratos, a Constituição e o pacto federativo. Ela foi coerente ao preservar os nossos direitos e contratos já firmados. Não é uma vitória dos Estados produtores, mas do povo capixaba e da tese dos contratos rompidos. Depois do veto do ex-presidente Lula e agora o de Dilma, impedindo o rompimento de contratos e orientados pela Advocacia Geral da

RECEITA

R\$ 3 bi em royalties

Esta é a receita que o Estado deverá ter o ano que vem com o petróleo

União (AGU), estamos muito fortalecidos para o êxito no Supremo Tribunal Federal, se houver necessidade de ação de inconstitucionalidade no caso de o Congresso derrubar o veto ou não aceitar a medida provisória (MP)", avaliou.

Casagrande "divide" a vitória com a militância capixaba no Congresso e no governo federal. Se a MP passar no Congresso, frisa o governador, as contas públicas estaduais vão escapar de uma segunda tesourada, já que o fim do ICMS/Fundap implicou em cortes orçamentários no investimento para 2013. Ele lembra que o Estado nunca pleiteou o veto total à matéria, mas só a parte que atinge contratos já celebrados com repasses para o Estado e seus municípios.

Casagrande admite que a vitória não é definitiva, pois parte do Congresso

vai tentar derrubar o veto, mesmo que a decisão de Dilma tenha sido "correta" ao recolocar o tema no lugar certo.

"O Congresso agora tem que buscar racionalidade, não pode votar violando a Constituição. O veto da presidente cria um ambiente mais consolidado para o diálogo equilibrado, para isso não desaguar no STF. Mesmo que tenha uma reação imediata e momentânea de outros Estados, acredito que o veto não será derrubado, até porque criaria um precedente perigoso para desprezar as minorias no Brasil", observa o governador.

Em relação à destinação obrigatória de 100% dos royalties dos novos contratos para a Educação, ele vê com simpatia a "boa tese", mas prefere conhecer a aplicabilidade.

SÃO PAULO

O governo de São Paulo também comemorou. "É importante manter as regras de contratos já assinados. Isso é segurança jurídica, disse José Aníbal, secretário de Energia.

Ele criticou, no entanto, a diminuição do percentual de recursos destinados aos municípios con-



DIVULGAÇÃO - 30/12/2012

Governador confia em final feliz para a novela Casagrande tem confiança que a decisão de Dilma será mantida. Na foto, ele está ao lado da presidente da Petrobras, Graça Foster.

"Acredito que o veto não será derrubado, até porque criaria um precedente perigoso para desprezar as minorias no Brasil"

RENATO CASAGRANDE Governador do Espírito Santo

No Rio, alívio e agradecimento após decisão "salomônica"

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, divulgou ontem agradecendo à presidente Dilma Rousseff pelo veto parcial ao projeto de lei que redistribuiu os royalties e participações especiais do petróleo.

Cabral comemorou o fato de terem sido preservados contratos já assinados, dizendo ser a confirmação de que no Brasil "vigora o Estado democrático de direito".

O diretor da Coppe/UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa, considerou "salomônica" a decisão da presidente Dilma sobre royalties, por atender aos percentuais de distribuição sugeridos pelo Congresso, sem ferir contratos de concessão firmados. "Foi positivo. Dilma preservou a estrutura dos Estados produtores das áreas", disse.

sem ferir contratos de concessão firmados. "Foi positivo. Dilma preservou a estrutura dos Estados produtores das áreas", disse.

VITÓRIA DA JUSTIÇA

Sarney quer derrubar o veto

13/11/2010 - 13/11/2010

Presidente do Senado vai convocar Congresso em caráter de urgência para reverter decisão

TERESINA E BRASÍLIA

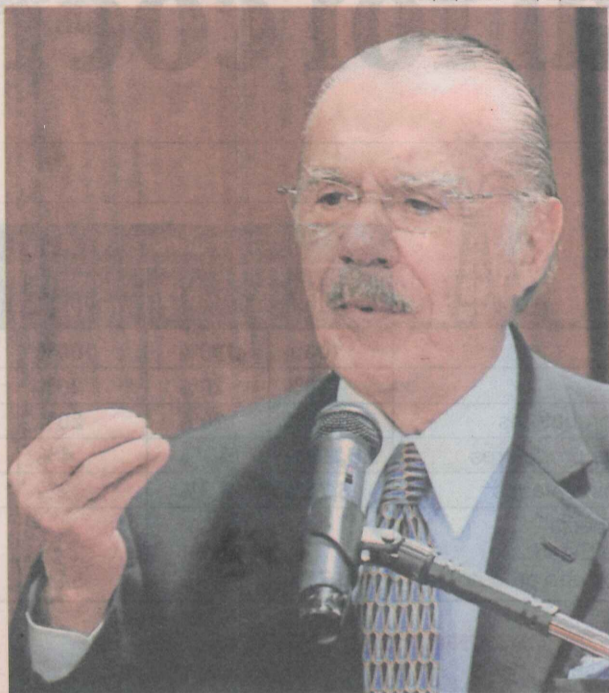
Com o veto parcial da presidente Dilma Rousseff ao projeto de distribuição dos royalties do petróleo entre Estados e municípios, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), já se comprometeu em convocar o Congresso Nacional em caráter de urgência para que os senadores e deputados federais derrubem o veto.

A informação foi dada pelo senador Wellington Dias (PT-PI), autor do projeto aprovado pelo Senado e Câmara dos Deputados que beneficia os Estados e municípios não produtores de petróleo.

“Já informei à equipe da presidente Dilma que os deputados federais e senadores irão derrubar o veto. É inaceitável que 96% da receita do pré-sal fique com apenas dois Estados (Espírito Santo e Rio). Desejamos que os recursos sejam destinados à educação, mas para isso não precisava vetar o projeto”.

Ele completa: “Dilma poderia mandar uma medida provisória (MP) prevendo isso ou fixar no Plano Decenal da Educação o valor que deve ser aplicado em educação”.

O deputado federal Júlio César Lima (PSD-PI) disse que o Congresso tem prazo de 30 dias para derrubar o veto. “Mas, como o Congresso está prestes a entrar em recesso, o presidente do Senado, José Sarney, convocará o Congresso Nacional em regime de urgência, para votar a derrubada do veto, de forma que possa en-



Sarney fez promessa a Estados não produtores

trar ainda em 2013 a distribuição dos royalties do petróleo entre todos os estados e municípios brasileiros”, explicou Lima.

MOBILIZAÇÃO

O governador do Piauí, Wilson Martins (PSB) está discutindo com os outros Estados que querem os royalties. Segundo ele, os governadores dessa ala se reunirão na terça-feira, em Brasília, para discutir o que pode ser feito para tentar derrubar o veto.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM)

lamentou os vetos de Dilma. A entidade reclamou que a opção pelos vetos causa concentração de recursos e não os distribui entre os municípios e estados. A entidade pede que os gestores municipais e os brasileiros façam mobilização pela derrubada do veto pelo Congresso.

A entidade rebate a justificativa do veto de que foi a opção para evitar quebra de contratos, já que o texto “não influenciava no que foi firmado entre as empresas e a Agência Nacional do Petróleo (ANP)”.

Findes: dinheiro para ensino técnico

“Foi uma decisão acertada porque, pelo menos, mantém os contratos dos campos em produção e isto é muito importante para os Estados e municípios produtores”, disse o presidente

da Federação das Indústrias do Estado (Findes), Marcos Guerra. É preciso estar atento “para que os recursos sejam destinados também para educação profissional no Espírito Santo”.

OS PASSOS SEGUINTE**Próximos leilões**

O Ministério das Minas e Energia trabalha para que a medida provisória (MP) enviada por Dilma, que entra em vigor já na segunda-feira, já tenha sido aprovada pelo Congresso até a nova rodada de leilões de blocos, prevista para maio - eliminando qualquer insegurança jurídica para os novos leilões. A exploração desses novos blocos deve começar entre o fim de 2013 e o início de 2014.

Comissão mista

A MP será analisada por uma comissão mista de deputados e senadores

por 60 dias, podendo ser prorrogado por mais 60. Na comissão o texto terá um relator e pode receber emendas, porém com teor limitado por poder do presidente da Casa. Se passar no plenário da Câmara e depois do Senado, iria à sanção no início de 2013, como quer o governo.

Segue o Código

Por isso é que aliados dizem que Dilma terá a mesma posição do Código Florestal, em que vetou parte do texto e enviou MP ao Congresso que teve rápida tramitação e já vigora. Na ocasião, ninguém derrubou o veto.

Bancada pronta para novo round

A bancada federal capixaba respirou aliviada com a decisão que tanto pediu ao governo federal em relação aos royalties. Mas o refresco dura pouco: os parlamentares admitem que enfrentarão uma longa batalha no Congresso.

“A presidente criou um equilíbrio, porque reconheceu direitos e também sustentou um equilíbrio com outros Estados ao não mexer na proposta do Congresso em relação aos novos campos. Ela inclusive tirou uma parcela da União para fechar essa conta”, observa a deputada Rose de Freitas (PMDB), coordenadora da bancada capixaba.

Para o deputado Paulo Foletto (PSB), a presidente foi “corajosa” ao fazer o veto sem temer conflitos políticos: “Foi uma decisão coerente de manter a palavra dela, preservando o pacto federativo e a segurança jurídica”.

Rose e Foletto ainda reiteram que Dilma reeditou um sentimento de confiança nos investidores estrangeiros do setor, ao evitar que contratos revistos no meio do jogo provocassem uma quebra de confiança do mercado, chegassem à judicialização e inviabilizassem novos leilões.

Quanto à aprovação da MP, Rose avalia: “A MP vai ter resistência, mas vai passar. Vincular os royalties na Educação foi uma decisão sábia”.

Estado não baixa a guarda contra rivais

A ação direta de inconstitucionalidade (Adin), que questionaria uma decisão da presidente Dilma, caso fosse desfavorável ao Espírito Santo, continuará preparada, segundo o procurador do Estado, Cláudio Penedo Madureira. Essa ação seria apresentada no Supremo Tribunal Federal (STF) se não fosse mantido o sistema de distribuição de royalty para os campos já em produção.

Madureira explica que o fato principal que motivou a Adin foi a possibilidade de rompimento de contrato, isso é, os campos que já produzem petróleo e gás passarem a ter os royalties distribuídos para Estados e municípios não produtores.

Isso porque a Constitui-

ção de 1988, no artigo 20, diz que royalty é uma compensação devida às entidades da Federação pela exploração de recursos naturais.

“O governador informou, logo após o anúncio de Dilma, que vai aguardar os próximos dias para decidir o que fazer sobre a Adin”, ressaltou Madureira. Ainda há pontos no projeto aprovado que podem ser questionados no Supremo, frisou.

Mas, como o veto da presidente ainda terá que ser avaliado pelo Congresso (Senado e Câmara em sessão conjunta), existe a possibilidade de que seja derrubado. Se for, o governador poderá ingressar com Adin pela quebra de contrato. (Denise Zandonadi)

REPERCUSSÃO

“A divisão entre os Estados é uma crise do pacto federativo. Já o repasse para Educação é corretíssimo”

CARLOS ZARATTINI DEPUTADO FEDERAL (PT-SP)



“Lamento a posição da presidente em nome dos 24 Estados... em nome de 170 milhões de brasileiros, que queriam que esta riqueza não ficasse concentrada em poucos municípios”

VITAL DO RÊGO
SENADOR

“A expectativa é que na sequência venha uma MP ou um projeto de lei que recupere aquelas votações que foram realizadas pela Câmara dos Deputados”

MARCO MAIA
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

“A decisão da presidente foi boa, mantendo os contratos atuais, mas é difícil acreditar que o Congresso e os governadores aceitarão este veto”

ALEXANDRE THEODORO
PRESIDENTE ES EM AÇÃO

VITÓRIA DA JUSTIÇA

Verba total para Educação cria o cofre do futuro

Ministro diz que reserva de 100% dos royalties livra país da maldição dos recursos naturais

BRASÍLIA

▄ O ministro Aloizio Mercadante comemorou ontem a decisão da presidente Dilma Rousseff em destinar 100% dos royalties de petróleo dos futuros contratos para a área da Educação, pasta a qual comanda.

O objetivo do governo, segundo ele, é criar uma “poupança a longo prazo do país”, para que o Brasil não enverede pelo caminho da “doença holandesa” – termo também conhecido como “maldição dos recursos naturais” que se refere à relação entre a

exploração destes e o declínio do setor industrial.

“(A presidente Dilma Rousseff) Tomou decisão que, no meu ponto de vista, tem grande significado histórico. Todos os royalties a partir da data das futuras concessões, seja em terra, seja no mar, todos os royalties irão para a Educação, isso envolve todas as prefeituras, todos os governos e a União”, afirmou.

O governo, no entanto, ainda não detalhou se o dinheiro poderá ser gasto em pagamento de professor, o que hoje é proibido.

De acordo com o ministro, 50% de todo o rendimento do Fundo Social, que receberá parte dos royalties, também será destinado para a Educa-

ção. “Só a educação fará o Brasil ser uma nação efetivamente desenvolvida, é um alicerce do desenvolvimento”, afirmou.

Para Mercadante, os royalties são “uma riqueza que tem de ser investida para preparar o Brasil para quando não a tivermos mais”.

BASTIDORES

Dilma precisou usar até as últimas horas disponíveis para bater o martelo sobre o projeto dos royalties. Pressionada por Estados produtores que temem a quebra nas contas, Dilma decidiu vetar parcialmente o projeto de lei aprovado no Congresso, editando uma medida provisória.



Aloizio Mercadante destaca que Brasil vai garantir a poupança a longo prazo

Analista questiona: será essa a solução?

▄ Destinar os recursos do petróleo somente para a educação pode não ser a melhor solução, avalia o consultor e especialista em energia Adriano Pires. “O que fará um município que tem 11 mil habitantes e que receberá R\$ 50 milhões por mês, por exemplo? Como vai aplicar tudo

em Educação? Será esta a solução? Haverá transparência nas contas? Controle?”, questiona ele.

Pires é crítico severo do novo marco regulatório do petróleo – que implantou o sistema de partilha, em lugar do de concessão que existia desde 1997; e criou outra estatal para gerir o se-

tor. A mudança acabou gerando toda a polêmica em torno dos royalties, diz ele.

A controvérsia, porém, não levou ao debate principal, que é o debate sobre o que é a compensação, quem tem direito e como deve ser aplicado no país, ressalta o consultor. (Denise Zandonadi)

Municípios criticam destino dos recursos só para a área

BERNARDO COUTINHO - 20/10/09

▄ A destinação de 100% dos royalties de Estados e municípios provenientes dos contratos futuros de exploração de petróleo para a educação não vai beneficiar os municípios, que precisam de parte dos recursos para investir em outras áreas.

A avaliação é do presidente da Associação

dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Elieser Rabello. “Concordo que parte da receita dos royalties vá para a educação, que precisa de mais dinheiro, mas a destinação da totalidade do dinheiro, aí complica para os prefeitos”, enfatiza.

Na avaliação de Rabel-

lo, uma boa proposta seria a destinação de 40% da receita dos royalties para a educação e 60% para aplicação em outras áreas, incluindo o custeio da máquina municipal.

Dessa forma, cada prefeitura teria autonomia para distribuir parte dos recursos de acordo com as necessidades

de cada área.

O presidente da Amunes, que é prefeito de Vargem Alta, explicou que, de certa forma, os municípios não estão suportando mais pagar o piso nacional do magistério. Com a aprovação da lei, aumentando o salário da educação e outras obrigações, o valor

da conta cresceu muito para as cidades.

“No meu entendimento é a saída que o governo federal encontrou para tirar de sua responsabilidade a sua parte das despesas com a educação. A educação é importante e precisa, sim, de mais dinheiro, mas não de 100%”, frisou. (Rita Bridi).



Rabello, da Amunes, defende 40% para a área